



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**11/06/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CEMULHER.....	2 - 4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. OUVIDORIA.....	5 - 8
3.2. PLANTÃO NO TJMA.....	9 - 12

# Polícia Civil de Açailândia prende professor acusado de estupro de vulnerável

*O crime aconteceu na cidade de Bom Jardim*



Divulgação

A Polícia Civil de Açailândia (9ª D.R.A) cumpriu no início da noite de quinta-feira (07), mandado de prisão preventiva contra Janio Silva Abreu, professor da rede municipal de ensino do município de Açailândia, Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim/MA, acusado pela prática de estupro de vulnerável, investigado desde 18 de julho de 2016.

A prisão foi cumprida pelos investigadores da Polícia Civil do Maranhão, o mandado foi expedido pelo juiz criminal Dr. Rafael Leite Guedes, da vara única do município de Bom Jardim por crimes praticados naquela comarca, enquanto professor daquele município. Segun-

do o delegado Regional Dr. Murilo Lapenda, o Professor Janio foi preso em decorrência de um mandado de prisão preventiva expedido pela comarca de Bom Jardim/MA.

Pelo crime de estupro de vulnerável, segundo as informações colhidas, o crime teria sido praticado mediante a facilidade promovida pelo cargo que ele exerce, ele era professor do município de Bom Jardim, e também professor da rede municipal de Açailândia, trabalhava no Povoado Córrego Novo.

O Professor já se encontra detido na Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia, ele foi preso na cidade de Bom Jesus das Selvas, o delegado aproveitou para pedir para a sociedade civil, se caso houvessem mais denúncias, algum fato a ser investigado por a autoria ser atribuída ao professor, que as pessoas compareçam a delegacia de Polícia Civil de Açailândia, ou da cidade de Bom Jesus das Selvas e relatar as informações para que a Polícia Civil possa dar prosseguimento as investigações sobre o caso. **(Ascom Polícia Civil)**

# PH

**PERGENTINO  
HOLANDA**

ph@mirante.com.br  
@holandaph

## **Cartilha do TJMA**

“Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” é o título da cartilha que o Poder Judiciário do Maranhão, via Tribunal de Justiça, distribuiu ontem de manhã, na Feirinha São Luís, na Praça Benedito Leite. O trabalho foi realizado por uma equipe da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que tem à frente a competente desembargadora Ângela Salazar. A cartilha apresenta ferramentas que contribuem para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, com conteúdo sobre a Lei Maria da Penha.

A violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme o material de divulgação do TJMA, constitui-se em uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, atingindo diretamente a família como um todo, necessitando, assim, de intensa mobilização social para a sua prevenção e combate.

Contra violência  
**Campanha  
combate  
violência  
contra a  
mulher**

O Poder Judiciário do Maranhão dá prosseguimento à III Semana Estadual de Valorização da Mulher, em São Luís e nas diversas comarcas do interior do estado. **CIDADES 6**

# Ação atenta para violência contra a mulher em SL

Equipe entregou, ontem, cartilha informativa na Feirinha São Luís, na Praça Benedito Leite

O Poder Judiciário do Maranhão dá prosseguimento à III Semana Estadual de Valorização da Mulher, em São Luís e nas diversas comarcas do interior do estado. Ontem, na Feirinha São Luís, na Praça Benedito Leite, uma equipe da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem no comando a desembargadora Ângela Salazar, distribuiu exemplares de uma cartilha contendo dados e informações sobre a Lei Maria da Penha e contatos e endereços de órgãos de proteção, entre outros detalhes.

“Aqui é um local onde transitam pessoas de todas as camadas sociais e, por isso, aproveitamos para divulgar o projeto ‘Todos por Elas’, de combate a violência de gênero, divulgando a Lei Maria da Penha e atraindo o olhar da sociedade para o fenômeno da violência. Nós entendemos que a sociedade precisa se engajar no enfrentamento e no combate a esse problema, principalmente aqui no Maranhão, estado que figura em segundo lugar na lista dos

que praticam esse tipo de violência, conforme o Atlas Maranhense”, destacou a desembargadora.

O juiz Carlos Alberto Matos Brito, da Comarca de Penalva, também está na campanha, integrando a coordenação. “É importante que a mulher denuncie, por meio do número 180 (Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência). Ela pode, ainda, procurar uma delegacia de polícia, a Promotoria de Justiça ou qualquer unidade jurisdicional para requerer as medidas protetivas de urgência”, alertou.

Os dados da violência contra a mulher no Maranhão e no Brasil são alarmantes. Eles revelam, por exemplo, que o número total de processos do acervo de violência doméstica e familiar contra a mulher no Maranhão, até o dia 6 de março, é 33.947. Desse total, 53,6% das vítimas de mortalidade materna são negras. ●

 **VÍDEO NA  
VERSÃO DIGITAL**

[oestadoma.com](http://oestadoma.com)

## **Ouvidores consolidam Carta de São Luís**

Reunião nacional dos ouvidores da Justiça Eleitoral definiu implantação e aplicabilidade da lei do usuário do serviço público e finalizou-se com assinatura de ata.

POLÍTICA



# Ouvidores consolidam Carta de São Luís

Reunião nacional definiu implantação e aplicabilidade da lei do usuário do serviço público e finalizou com assinatura de ata



**O**uvidores e representantes de Ouvidorias da Justiça Eleitoral de todo o Brasil participaram na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, da abertura do XI Colégio dos Ouvidores da Justiça Eleitoral.

Os anfitriões do evento, o desembargador Ricardo Duailibe (presidente do TRE-MA) e Eduardo José Leal Moreira (ouvidor da Justiça Eleitoral maranhense e presidente do Colégio de Ouvidores), deram as boas-vindas aos participantes, enal-

tecendo aspectos relevantes da Lei 13.460/17, que trata dos direitos dos usuários e diretrizes do serviço público.

Neste primeiro dia de debates, houve 2 momentos: reunião dos representantes das Ouvidorias pela manhã e palestras de autoridades convidadas à tar-



de. Os convidados foram: o desembargador José Luiz Almeida (ouvidor do TJMA), o advogado Juacy Loura Júnior, o ouvidor-geral Marcos Caminha (Estado) e o juiz Alexandre Abreu (membro substituto da Corte maranhense).

Ao tratar sobre a Lei 13.460/17, o desembargador José Luiz Almeida ressaltou o quanto ela é revolucionária no que concerne ao serviço público, sobretudo, porque nela se implementa definitivamente a noção preconizada na Constituição de participação do cidadão nos serviços públicos. Para o magistrado, com a aplicação desta legislação, o cidadão terá instrumento de participação e de exigência da prestação de qualquer serviço com celeridade.

Por sua vez, Juacy Loura Júnior abordou o papel das Ouvidorias em relação às novidades

das eleições 2018. “As Ouvidorias tem importante papel no processo eleitoral porque norteiam e permitem que a justiça se aproxime do cidadão, possibilitando maior celeridade na prestação jurisdicional. A Ouvidoria passa a ser porta-voz do cidadão”, destacou. O jurista elencou ainda temas que serão bastante procurados nas Ouvidorias como o voto em trânsito, fake news, obrigatoriedade de aplicação da cota de 30% do fundo partidário para as campanhas femininas, entre outros.

Em continuidade à programação do encontro, o juiz estadual Alexandre Abreu discorreu sobre mediação, conciliação e o novo papel das Ouvidorias. “A Lei 13.460/17 deu uma nova missão às Ouvidorias, que passam a atuar de maneira ativa na solução de questões no que se refere à prestação dos serviços públicos, compreendendo qual é a deficiência que o usuário encontrou e oferecendo alternativa de solução”

Já Marcos Caminha disse que percebe há anos a discussão do papel das ouvidorias versus o valor simbólico da lei, mas acredita que as discussões falham no ponto fundamental que é esquecer que o cidadão é centro do negócio do setor público, sendo centro das decisões.



A Lei 13.460/17 deu uma nova missão às Ouvidorias, que passam a atuar de maneira ativa na solução de questões no que se refere à prestação dos serviços públicos

**Alexandre Abreu,**  
juiz estadual



**Obrigação do fundo partidário  
para as campanhas femininas**

## ASPECTOS E PONTOS POLÊMICOS

A palestra "Aspectos e pontos polêmicos da Lei 13.460/2017", proferida pelo procurador federal e ouvidor geral da União Gilberto Waller Júnior iniciou a programação do último dia do XI Coje, que discute com ouvidores de todo o Brasil a implantação e aplicabilidade desta lei, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços da administração pública.

Para Gilberto, esta lei é o código de defesa do usuário do serviço público porque traz vários benefícios, entre eles, a definição sobre quem são os usuários, ou seja, além dos cidadãos, fica claro que a pessoa jurídica também é definida, bem como a pessoa indiretamente atingida pelos serviços públicos. Ressaltou que o avanço histórico para a consolidação da participação social é através das Ouvidorias, que passam a ser definidas como interface entre a sociedade e o Estado como canal de entrada das manifestações e espaço de controle e participação social. A Lei passa a direcionar o foco do Estado novamente ao cidadão, a fim de compreender e atender da melhor forma as necessidades e expectativas. "É fundamental ouvir a sociedade para garantir um serviço de qualidade, ágil e sem burocracias", avaliou.

Em seguida, o juiz federal Dimis da Costa Braga (Roraima) explanou sobre Compliance na Administração Pública como instrumento de combate à corrupção e o papel das Ouvidorias. Ele defendeu a formação continuada de servidores públicos como forma de combater a corrupção e o fortalecimento do CNJ como órgão não somente de controle externo, mas

de controle interno, se tornando um órgão de estruturação do judiciário com o estabelecimento de normas e programas que vem contribuindo para o estabelecimento de diversos padrões normativos para todos os tribunais, entre os quais as estruturas das Ouvidorias.

"A educação continuada é prevista pelo CNJ e os tribunais tem nas escolas judiciárias estes programas. Cabe aos servidores o encaminhamento de demandas que possam ser atendidas pelos órgãos". Destacou ainda a atuação das Corregedorias porque elas que identificam os riscos e elaboram as devidas gestões, prevendo o cumprimento de regras e prevenção de riscos, erros, falhas ou mesmo delitos por parte de magistrados e servidores. Concluiu dizendo que "a educação continuada é sem dúvida o melhor instrumento para garantir que os tribunais continuem a evoluir, sejam tribunais comuns ou tribunais especiais como é a justiça eleitoral".

Após aprovação da Carta de São Luís, foi eleita a nova diretoria do Coje, que atendeu requisito de proporcionalidade exigido em lei de quantitativo de homens e mulheres nos cargos eletivos. A chapa eleita entra em exercício a partir de 25 de agosto de 2018. O juiz ouvidores Agenor Alexandre da Silva (TRE-TO) foi aclamado presidente e Pedro Corat (TRE-PR) eleito vice.

Os demais ouvidores membros do Coje eleitos foram: juiz Vitor Gambassi Pereira (TRE-SP como 1º secretário), juíza Áurea Corumba de Santana (TRE-SE como 2ª secretária) e a juíza Micheline de Oliveira Dantas Jatobá (TER-PB como 3ª secretária).

# **COPA** : **MUDANÇA DE HÁBITOS**

## ***Jogos do Brasil alteram funcionamento de bancos, órgãos públicos e comércio***

O Mundial se inicia no dia 14 de junho. Durante a primeira fase, o Brasil terá jogos às 9h e às 15h, o que vai provocar mudanças no horário de trabalho. A maioria dos órgãos públicos está optando em fazer apenas um expediente: ou só pela manhã, quando os jogos são à tarde, ou somente à tarde, quando os jogos ocorrerem pela manhã. Alguns não funcionarão, e outros vão liberar os funcionários apenas no horário dos jogos. VIDA





# Copa do Mundo muda a rotina

**D**e quatro em quatro anos, o brasileiro tem a sua rotina alterada nos meses de junho e julho por conta da Copa do Mundo. Para 2018, os jogos do Brasil no horário comercial devem alterar o funcionamento de vários órgãos. O Mundial inicia no dia 14 de junho. Durante a primeira fase, o Brasil joga nos dias 17, 22 e 27 de junho. A primeira partida ocorre num domingo. Suíça, Costa Rica e Sérvia estão no grupo do Brasil.

## Servidores federais

Os servidores públicos federais terão o expediente com horário especial durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol. Segundo a Portaria 143, publicada na última segunda-feira (4), no Diário Oficial da União (DOU).

Nos dias de jogos do Brasil pela manhã, os funcionários públicos começarão a trabalhar a partir das 14h. Quando o jogo for realizado à tarde, o período de trabalho se encerra às 13h. As medidas foram estabelecidas pelo Ministério do Planejamento. “Os dirigentes da Administração Pública Federal

devem garantir que os serviços considerados essenciais não sejam interrompidos”, ressaltou a pasta em nota. Ainda segundo a portaria, os servidores terão de compensar as horas não trabalhadas. O prazo para compensação será até o dia 31 de outubro deste ano.

## Bancos

Os bancos poderão alterar o horário de atendimento ao público nas agências nos dias de jogos da Seleção Brasileira durante na Copa do Mundo de 2018. Isso será possível após o Banco Central (BC) publicar a Circular nº 3.897. A norma estabelece que nesses dias será obrigatório o atendimento mínimo de quatro horas, sendo dispensado o cumprimento da regra em vigor, que prevê cinco horas de atendimento obrigatório e ininterrupto.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou o horário de funcionamento das agências bancárias durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo na Rússia. As agências deverão permanecer abertas durante 4 horas e o atendimento

vai depender do horário do jogo.

No dia 22 de junho, o Brasil vai enfrentar a Croácia, às 9h. Por conta disso, o atendimento ao público será feito das 13h às 17h. Nos dias em que os jogos iniciarem às 11h, as agências irão abrir das 8h30 às 10h30 e voltam a atender das 14h às 16h. Quando as partidas acontecerem às 15h, o atendimento será realizado das 9h às 13h. A Febraban informou que a alteração do horário acontece “por motivos de segurança das agências e transportes de valores”. A entidade informou ainda que os horários serão fixados nas agências pelo menos com 48 horas de antecedência de cada partida.

## Assembleia Legislativa

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão baixou resolução administrativa alterando o horário de funcionamento do expediente naquela casa parlamentar, durante os dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Quando as partidas forem pela manhã, será decretado ponto facultativo enquanto os quando os

jogos forem a tarde, o expediente será das 8h às 14h.

“Estabelecer que o horário de funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, durante os jogos da Seleção Brasileira pela Copa do Mundo de

2018, será das 8h às 12h, quando a partida ocorrer no período vespertino. Parágrafo Único – Quando o jogo da Seleção Brasileira for no período matutino,

será declarado ponto facultativo”, dita a regra. A mesma regra deve ser aplicada também nas fases seguintes quando a seleção brasileira estiver jogando.

## JUDICIÁRIO

O horário de funcionamento dos serviços do Poder Judiciário do Maranhão será alterado, nos dias de jogos da seleção brasileira durante a Copa do Mundo.

Pela resolução aprovada no Pleno do Tribunal, quando os jogos ocorrerem às 15h30, os serviços funcionarão das 8h às 14h. Nesse período, as sessões das câmaras cíveis e criminais serão realizadas normalmente.

Já no dia em que o jogo da seleção brasileira for iniciado às 11h, será ponto facultativo em todos os órgãos da Justiça estadual.

## PREFEITURA E GOVERNO

Segundo a informação das assessorias, a Prefeitura de São Luís e o Governo do Estado do Maranhão ainda não definiram como será a programação de funcionamento durante as partidas do Brasil na Copa do Mundo.

Mas pegando por analogia o que ocorreu em outras prefeituras, a possibilidade de São Luís copiar o mesmo modelo é muito grande. São três as situações previstas: nos dias em que os jogos forem às 9 horas (horário de Brasília), o expediente ficará suspenso das 8 às 12 horas; nos dias em que os jogos forem às 11 horas, o expediente ficará suspenso das 10 às 14 horas; e nos dias em que os jogos forem às 15 horas, o expediente ficará suspenso das 14 às 18 horas.

Outro modelo que pode ser adotado é o do Governo da Bahia que reduziu a jornada de trabalho no dia 27 de junho (quarta) para o período entre 8h e 13h, pois o Brasil joga às 15h, e os servidores que trabalham 8h diárias devem fazer a compensação chegando 30 minutos antes e cortando outros 30 minutos do horário de almoço após o expediente.

## LOJAS

A Copa do Mundo de Futebol terá jogos exibidos mundialmente no período de 14 de junho a 15 de julho, e para melhor orientar os lojistas sobre o funcionamento do comércio em dias de jogo do Brasil na Copa, a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís está soltando um comunicado.

Segundo a CDL informa, não há acordo entre os sindicatos patronal e dos comerciantes referente ao fechamento das lojas nesses dias de jogos da Seleção Brasileira. Assim sendo, mesmo que seja ponto facultativo no serviço público, o comércio em São Luís poderá funcionar normalmente, nos termos da Convenção Coletiva Vigente.

No entanto, considerando que a realização dos jogos pode influenciar as atividades nas empresas, a CDL sugere que os lojistas definam antecipadamente os horários de funcionamento de suas lojas, de acordo com a sua conveniência, e com a devida comunicação antecipada aos clientes.



GEORGE RAPOSO

## PLANTÃO E DISTRIBUIÇÃO

– De acordo com a Resolução nº 38/2010, as Coordenadorias de Distribuição e de Protocolo e Autuação também seguem essas regras, ou seja, funcionarão nos mesmos horários acima. Será mantido o Plantão Judiciário de 2º Grau, que funcionará, normalmente, a partir das 18 horas. [asscom@tjma.jus.br](mailto:asscom@tjma.jus.br) (98) 2106 9023/9024.

---